

Excelentíssimo Senhor Ministro da Administração Interna

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa

Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado

Excelentíssimo Senhor Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana

Excelentíssimo Senhor Director Nacional da Polícia de Segurança Pública

Excelentíssimo Senhor Secretário Geral do Ministério da Administração Interna

Excelentíssima Senhora Directora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Excelentíssimo Senhor Presidente da Autoridade Nacional da Protecção Civil

Excelentíssimo Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

E nas pessoas de Vossas Excelências cumprimento todas as entidades aqui representadas

As forças de segurança representam uma fundamental garantia de normal funcionamento do Estado de Direito Democrático e das suas instituições.

É nelas que os cidadãos depositam a necessária confiança, e expectativas de que o seu modo de vida, em liberdade e em paz, não seja afectado pela redução das liberdades.

As forças de segurança têm sabido corresponder a essas expectativas, todos os dias expondo as suas vidas e a sua honra, para nos proteger.

Temos, enquanto Povo, que lhes estar grato.

Esta confiança tem que ser encarada pelas forças de autoridade, e certamente o será pela Inspeção-geral, não apenas como um sinal de poder mas, e sobretudo, de responsabilidade. Nenhuma actividade do Estado está fora do escrutínio público.

É fundamental que cada um dos polícias e militares tenha interiorizado que a autoridade, fundamental no exercício das suas funções, não emana das pessoas mas do cargo em que estão investidas. Essa foi sempre a forma como encarei a judicatura, a que pertenço, e como também encaro as funções de Inspector-Geral.

Portugal é considerado o 3.º país mais seguro do mundo, segundo o *Global Peace Index*.

Entre os países europeus, situa-se em segundo lugar, apenas atrás da Islândia, o que representa uma evolução extremamente positiva.

Este indicador representa, seguramente, uma das mais significativas e honrosas menções para um País.

Não falo apenas de um indicador que atrai investimento, que atrai turistas, mas sobretudo de um País em que temos orgulho, onde se vive com tranquilidade, com respeito para com os outros, na sua diversidade.

Portugal destaca-se ainda como um dos países em que a percepção que existe da aceitação de migrantes mais cresceu.

Tudo isto se fica a dever a um Povo inclusivo, generoso, corajoso e pacífico.

Mas fica também, seguramente, a dever-se à actuação das Forças de Segurança, que têm sabido estar à altura dos desafios representados por uma maior pressão migratória, um aumento exponencial do turismo, e uma enorme diversidade multicultural que esses fenómenos acarretam.

Mas também atentas ao momento histórico que vivemos, onde surgem ameaças inesperadas, e sob formas que nos convocam a todos para repensarmos o uso da força e a tolerância para com a diferença.

As forças de autoridade estão vinculadas a pautar a sua conduta por critérios de estrita legalidade, quer na investigação, quer na intervenção.

Não são apenas os fins que interessam mas também o caminho para lá chegar.

Naturalmente que em Instituições com milhares de homens e mulheres, haverá casos em que o polícia ou o militar falha na sua intervenção.

Não desconheço, nem escamoteio, o que é óbvio para a comunidade: se na sua significativa generalidade as forças de segurança têm sabido estar à altura das expectativas dos cidadãos, casos há em que assim não acontece.

Mas esses são casos patológicos que não representam a generalidade da Instituição.

Sempre que isso aconteça, todos os que a integram quererão, e a Inspeção Geral da Administração Interna exigirá, o apuramento de responsabilidades e da verdade material, com isso se mantendo o bom nome e o normal funcionamento das instituições.

Esses casos devem dar o mote para a discussão à volta da procura de um equilíbrio entre a ideia do uso da força como recurso último e a necessidade de a usar, sempre numa perspectiva de proporcionalidade e adequação.

Não há que recluir a temática do uso da força, desde que observado o respeito por esses princípios.

Parafraseando Martin Luther King “Dizer que a força pode ser necessária às vezes, não é um chamado ao cinismo – é um reconhecimento da história, das imperfeições do homem e dos limites da razão.”

Não simpatizo com a expressão “polícia dos polícias”, tantas vezes ligada à Inspeção Geral, que parece colocar ênfase na função punitiva que lhe está cometida.

O que pretendo, exijo, mas que também observarei, é respeito pela legalidade, rigor, responsabilidade e dignidade.

Todos estes princípios hão-de pautar a actuação das forças de autoridade, mas também se impõem à comunidade na forma como se relacionam com aqueles que nos protegem.

Aos polícias e militares impõe-se, na sua actividade diária, o mais estrito respeito pelos direitos fundamentais, havendo que pontuar que também eles são sujeitos desses direitos fundamentais.

Senhor Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil, Senhor Secretário Geral do Ministério da

Administração Interna, Senhora Directora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, têm aqui uma palavra de muito respeito e confiança por parte da Inspector-Geral da Administração Interna.

A actuação que hoje início será pautado pela exigência, rigor, independência, transparência e intransigência no respeito do cumprimento dos princípios que enunciei.

Senhora Juíza Conselheira Dra. Margarida Blasco, permita-me uma palavra de homenagem e enorme admiração pelo trabalho que tão bem desenvolveu enquanto Inspector-geral da Administração Interna, na certeza de que não será tarefa fácil suceder-lhe.

Uma última palavra, para o que peço tolerância, Senhor Primeiro Ministro, Senhor Ministro da Administração Interna e todos os presentes, que dirijo ao Senhor Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, à Senhora Vice-Presidente, ao Senhor Presidente da 9.^a secção, de onde vim, ao delegado da Ordem dos Advogados de Cascais e ao decano dos Advogados de Cascais, a lembrarem-me que, mais do que tudo, importam as pessoas.

Muito obrigada Senhor Ministro pela honra e confiança que esta escolha representa.

Muito obrigada a todos, entidades e amigos, que me acompanham neste novo capítulo da minha vida.

Tudo farei para não os desapontar!